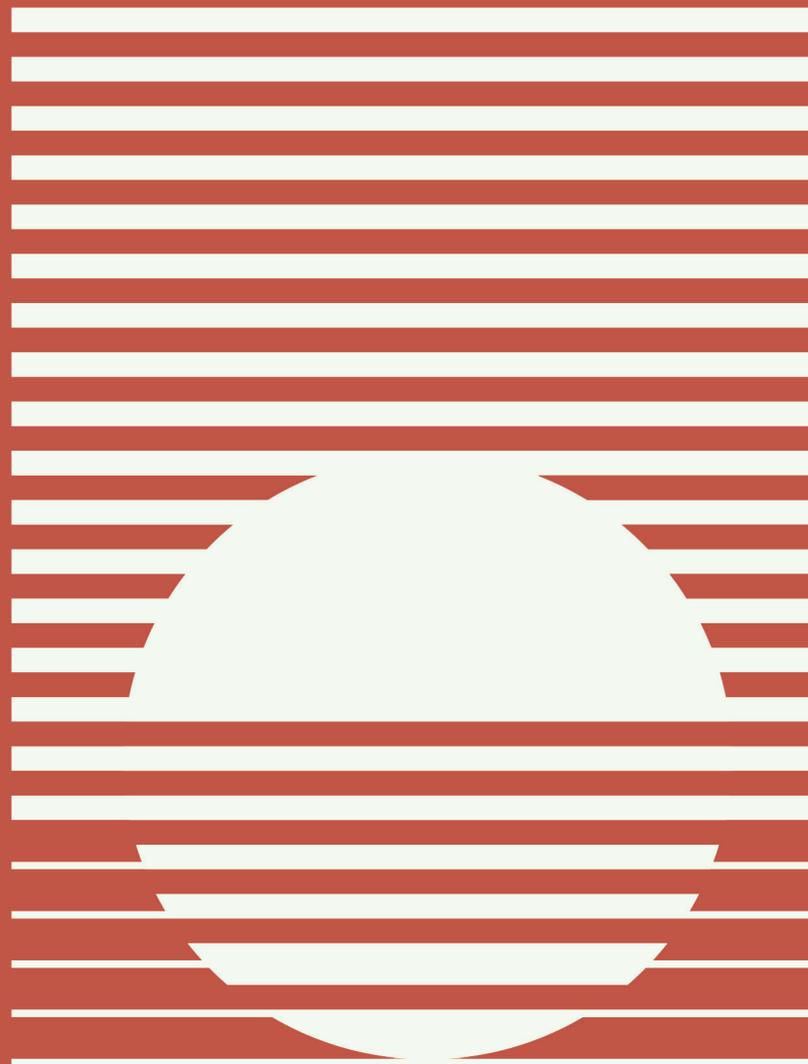


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



11  
2018

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Roger Lucas Correa Martins

**Editora Adjunta:** Patrícia Porto de Barros

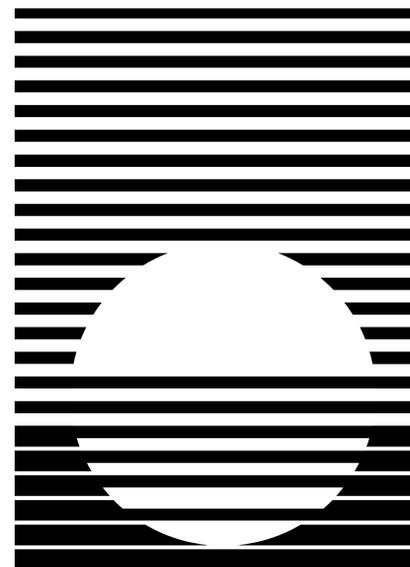
**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editória de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Liara Farias Bambirra, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 | Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Propostas de Bolsonaro indicam novas diretrizes de política externa no Brasil

Futuro chanceler brasileiro gera controvérsias dentro e fora do país

Cuba sai do Programa Mais Médicos

### Página 05

Associações de juízes federais de Brasil e Argentina assinam acordo de cooperação

Maduro aceita ajuda humanitária da ONU pela primeira vez.

Ex-presidente do Peru solicita asilo político no Uruguai.

### Página 06

Lava jato avança na Bolívia e principal investigado é ex-presidente

Chile reforça sua agenda de acordos com a região

### Página 07

Governos argentino e inglês acordam rota aérea inédita ligando Ilhas Malvinas ao território argentino continental

Presidente sul-africano visita UE para realização da 7ª Cúpula África do Sul-União Europeia

Turquia cobra reação internacional ao assassinato de jornalista saudita

### Página 08

ONU convoca países para cumprimento do Acordo de Paris  
EUA acusa China de espionagem comercial

### Página 09

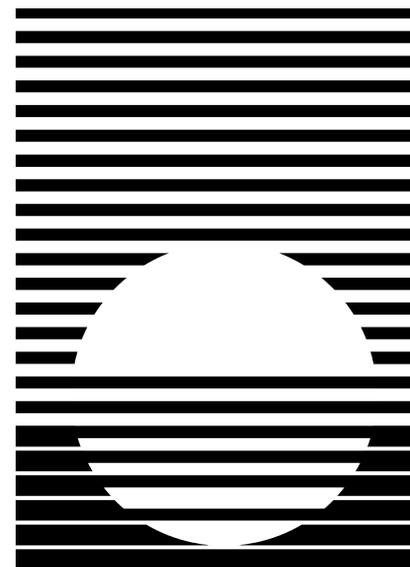
Reunião de Cúpula APEC 2018 termina com impasses entre China e EUA

Mulheres disputam lugares na política

Países deixam Pacto Global para Migração

### Página 10

Organizações internacionais alertam para violações contra LGBTQI+



## Propostas de Bolsonaro indicam novas diretrizes de política externa no Brasil

Após o pleito de outubro no Brasil, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), e membros de sua equipe anunciaram uma série de medidas que indicam novas diretrizes para a política externa brasileira. Além da nomeação do diplomata Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores, que aponta para um movimento de aproximação com os EUA, o novo governo sinalizou também outras iniciativas polêmicas. O Brasil retirou sua candidatura para sediar a Conferência das Partes do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, a ser realizada em 2019, alegando restrições orçamentárias. Grupos ambientalistas, no entanto, rejeitaram essa versão e consideram que a decisão tomada pela nova equipe de governo reflete o pouco apreço pela agenda de mudança climática já manifestada durante a campanha. Bolsonaro disse que vai estudar a retirada do Brasil do Acordo de Paris, propôs e recuou da fusão do Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura e nomeou Araújo para o Itamaraty, o qual já escreveu que mudança climática é um “dogma marxista”. Essa postura gerou reações internacionais, a exemplo do pronunciamento do presidente da França, Emanuel Macron, de que a União Europeia (UE) não negociará o acordo de comércio com o Mercosul se o Brasil denunciar o Acordo de Paris. Soma-se a essa temática a mudança da Embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, confirmada por Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do futuro presidente. Sobre as reações dos países árabes e a negativa do Egito de receber o atual chanceler como forma de repúdio a este anúncio, o deputado disse que “não há crise” e que as “empresas irão se adaptar”. Essa postura afasta-se do princípio histórico do governo brasileiro de apoiar a solução de dois países e de reconhecer a Palestina. Em conjunto com a declaração do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o Mercosul “não será prioridade” para o governo, Bolsonaro ameaça romper outra tradição ao anunciar sua primeira viagem internacional ao Chile, primeiro país da América do Sul a integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e não à Argentina.

Fontes: [BBC](#), 07/11/2018; [BBC](#), 08/11/2018; [Folha de São Paulo](#), 27/11/2018; [O Globo](#), 27/11/2018; [El País](#), 29/11/2018.

## Futuro chanceler brasileiro gera controvérsias dentro e fora do país

No dia 14 de novembro, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), anunciou a indicação de Ernesto Araújo para o cargo de ministro das relações exteriores do Brasil. Diplomata de carreira há 29 anos, Ernesto Araújo desempenhava a função de diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos. Araújo é considerado muito jovem na carreira por seus próprios pares, e sua escolha gerou reações controversas no Brasil e no Exterior. A indicação do chanceler rompeu com uma prática tradicional da pasta, haja visto que o diplomata nunca chefiou embaixada alguma. Outro motivo de controvérsia foram os posicionamentos político-ideológicos de Ernesto Araújo, os quais não hesita em expor publicamente em seu blogue. Severo crítico dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do que chama de “ideologia globalista”, o próximo ministro das relações exteriores de Bolsonaro acredita que o atual sistema internacional, considerado por ele anticristão e anti-humano, é conduzido por forças políticas de base socialista. Também acredita que a ascensão de figuras como Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil representam a resistência a essa tendência. Além disso, vê como uma ameaça a ascensão de novas potências, como a China, e promete conduzir uma política externa livre de “vieses ideológicos”, que são, na sua visão, uma marca característica da política externa dos governos do PT. Por indicar que mudará o eixo da política externa brasileira, antes focada no multilateralismo e no fortalecimento da identidade latino-americana e agora favorável ao bilateralismo e ao alinhamento com os EUA, a indicação do novo chanceler provocou reações na mídia regional. A indicação recebeu atenção das imprensas argentina, colombiana, mexicana e uruguaia, que caracterizou o diplomata como um “fanático de Trump”.

Fontes: [Clarín](#), 14/11/2018; [El Espectador](#), 14/11/2018; [El País](#), 14/11/2018; [Folha de São Paulo](#), 14/11/2018; [La Nación](#), 15/11/2018.

## Cuba sai do Programa Mais Médicos

No dia 14 de novembro de 2018, o Ministério da Saúde de Cuba informou que deixaria de fazer parte do Programa Mais Médicos, cujo objetivo é suprir a carência de médicos no Brasil, especialmente nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades. A decisão do governo cubano ocorreu

após declarações do presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), em tom de crítica às condições de participação de Cuba no programa. Bolsonaro também ameaçou, no início do mês, cortar relações diplomáticas com o país caribenho. O prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de esquerda, presidente da Frente Nacional de Prefeitos, criticou a situação que levou à saída de Cuba e afirmou que o Mais Médicos nasceu de demanda da entidade e que “questão ideológica não pode contaminar o serviço público”. Dias após a saída de Cuba do Mais Médicos, foram revelados alguns aspectos do processo decisório ocorrido para o estabelecimento da parceria com Cuba.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 03/11/2018; [Estadão](#), 14/11/2018; [G1](#), 14/11/2018; [Folha de S. Paulo](#), 15/11/2018; [Folha de S. Paulo](#), 20/11/2018.

## **Associações de juízes federais de Brasil e Argentina assinam acordo de cooperação**

No âmbito do I Encontro Internacional dos Juízes Federais do Brasil, realizado em Buenos Aires, no dia 23 de novembro, a Associação de Juízes Federais do Brasil (AJUFE) e sua homóloga na Argentina, também denominada AJUFE, assinaram, fora dos canais diplomáticos, um acordo de cooperação para trocar informações e conhecimento sobre como melhorar o funcionamento do Poder Judiciário de ambos os países. Foi divulgado um comunicado oficial que afirmou que o objetivo do acordo é implementar ações conjuntas para desenvolver projetos nas áreas acadêmica, cultural e científica. Na mesma ocasião, o presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Dias Toffoli, propôs uma parceria entre as Supremas Cortes da América Latina, com o intuito de trocar experiências e realizar ações multilaterais. Toffoli ainda destacou a importância de manter contato entre as Supremas Cortes de Brasil e Argentina e afirmou que ambas devem compartilhar boas práticas.

Fontes: [Conselho Nacional de Justiça](#), 23/11/2018; [Estadão](#), 23/11/2018; [Istoé](#), 23/11/2018; [Clarín](#), 24/11/2018; [Ajufe](#), 25/11/2018.

## **Maduro aceita ajuda humanitária da ONU pela primeira vez**

No dia 26 de novembro, foi liberado em caráter

de urgência um pacote de ajuda humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU) à Venezuela. O pacote, no montante de US\$ 9,2 milhões, será destinado à área da saúde e combate à fome. Essa foi a primeira vez que o governo do presidente Nicolás Maduro aceitou receber esse tipo de ajuda. Em seu discurso na ONU, em setembro de 2018, Maduro afirmou que a crise humanitária e migratória seria um mito fabricado pela mídia internacional para legitimar uma futura intervenção em seu país. O pacote de ajuda veio ao final de um mês de notícias negativas para a Venezuela. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) informaram que o número de refugiados e migrantes saídos da Venezuela desde 2015 chegou ao patamar de três milhões de pessoas. Desse total, 2,4 milhões permaneceram na América Latina, sendo que a maioria se dirigiu à Colômbia e ao Peru. Apesar do informe negativo, o Acnur e a OIM elogiaram o Plano de Ação aprovado em Quito, no dia 23, por Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, propondo iniciativas para receber e administrar o fluxo migratório de venezuelanos. A Organização das Nações Unidas para Fome e Agricultura (FAO) também divulgou um relatório demonstrando que a fome e a desnutrição aumentaram no país no período 2016-2018. O documento contrasta com indicadores de 2012, em que a Venezuela foi parabenizada por atingir, antecipadamente, a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: reduzir pela metade o número de pessoas que sofrem de fome até 2015. Além disso, a situação econômica do país não demonstra melhoras, mesmo após mais de três meses que o pacote de recuperação econômica de Maduro foi aplicado.

Fontes: [El País](#), 11/11/2018; [El Universal](#), 26/11/2018; [El Nacional](#), 26/11/2018; [El Nacional](#), 28/11/2018.

## **Ex-presidente do Peru solicita asilo político no Uruguai**

Após a prisão preventiva, no final de outubro, da deputada peruana e líder da oposição, Keiko Fujimori, acusada de lavagem de dinheiro ilícito oriundo da empresa brasileira Odebrecht, o ex-presidente do Peru, Alan García (1985-1990/2006-2011), passou a ocupar o centro das atenções nas investigações da Lava Jato peruana. No dia 17 de novembro, a justiça proibiu García de sair do país por 18 meses em função de sua suposta participação no esquema de corrupção envolvendo o governo peruano e a Odebrecht no

processo de licitação para a construção da linha 1 do metrô de Lima, em 2009. As investigações, na verdade, datam de março de 2017, porém, diante do surgimento de novas evidências no mês corrente, o Ministério Público do Peru ampliou os delitos nos quais Alan Garcia estaria envolvido, incluindo lavagem de dinheiro e “conluio agravado” em prejuízo do Estado peruano. Embora inicialmente tenha acatado a decisão judicial, no mesmo dia em que foi proibido de sair do país, Alan Garcia solicitou asilo político na embaixada do Uruguai, onde permanece até hoje. O ex-presidente peruano alega ser vítima de perseguição política e que sua prisão preventiva já estava dada como certa. Segundo seu advogado, entretanto, o pedido de asilo teria sido uma sugestão do Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), partido político de Garcia, de centro-esquerda. O evento gerou grande repercussão na sociedade peruana. Houve manifestações populares a favor e contra Garcia em frente à embaixada uruguaia. Parlamentares peruanos dos partidos APRA e do Frente Amplia, de esquerda, viajaram ao Uruguai com vistas a defender e criticar, respectivamente, o argumento da perseguição política que supostamente Garcia estaria sofrendo em seu país. O governo peruano descartou essa hipótese e disse estar à espera da decisão de Montevidéu, que ainda não manifestou conclusivamente se concederá ou não a condição de asilo político a Alan Garcia.

Fontes: [El Comercio](#), 16/11/2018; [El Comercio](#), 18/11/2018; [La República](#), 18/11/2018; [El Comercio](#), 18/11/2018; [El Comercio](#), 19/11/2018; [El Observador](#), 20/11/2018; [El Comercio](#), 24/11/2018; [El País](#), 27/11/2108.

## Lavajato avança na Bolívia e principal investigado é ex-presidente

No mês de novembro, ocorreram, na Bolívia, desdobramentos da operação Lava Jato, com envolvimento das empresas Odebrecht e Camargo Correa. No dia 14, a Assembleia Legislativa Plurinacional aprovou o informe publicado pela Comissão Mista Especial de Investigação do caso Camargo Correa-Odebrecht. Carlos Mesa, ex-presidente boliviano e candidato anunciado para as eleições presidenciais de 2019 como um dos principais concorrentes a Evo Morales, atual presidente do país, e outros 7 políticos estão sendo investigados pelo pagamento de subornos ilegais para a construção da estrada que liga Roboré a El Carmen, no departamento de Santa Cruz. Mesa, especificamente, está sendo investigado por movimentos bancários irregulares

e viagens suspeitas. A comissão, que iniciou suas investigações em abril, concluiu que existem indícios consistentes que vinculam os oito funcionários, que serviram ao Estado boliviano em três governos diferentes, com escândalos de corrupção, como o modus operandi de pagamentos de subornos idênticos ao que ocorreram em outros países da América Latina. Ademais, a comissão denuncia a grande coincidência de viagens de funcionários de alto-escalão do governo para encontros com diretores executivos das sedes peruanas das empresas Camargo Correa e Odebrecht, Marcos de Moura Wanderley e Jorge Barata, respectivamente. Carlos Mesa nega qualquer envolvimento em operações ilegais e afirma que se trata de tentativas de desmoralizar sua vida pública: “outro Quiborax”, nas palavras do ex-presidente, em referência às investigações do caso Quiborax, no qual o político também estava envolvido. Em outubro, Mesa ganhou indulto do caso por Morales para acompanhar, em Haia, junto à comitiva do governo, a decisão da Corte Internacional de Justiça a respeito da demanda marítima boliviana. Ainda que com particularidades da realidade boliviana, como o fato dos principais acusados e investigados serem políticos à direita do espectro político, o desenvolvimento e a ampliação da Lava Jato na Bolívia se dá em um cenário de crescimento da judicialização da política e de politização do judiciário na América do Sul.

Fontes: [El Deber](#), 5/11/2018; [La Razón](#), 06/11/2018; [La Razón](#), 6/11/2018; [El Deber](#), 7/11/2018; [La Razón](#), 14/11/2018; [El Deber](#), 29/11/2018.

## Chile reforça sua agenda de acordos com a região

Em novembro de 2018, a agenda bilateral chilena, com países da América do Sul, teve destaque na mídia nacional do país. A primeira iniciativa, em 21 de novembro, foi a assinatura de um novo acordo de livre comércio, entre Brasil e Chile, que expande o Acordo de Complementação Econômica, firmado entre os dois países, em 1996. Além de atualizar os termos no campo comercial, o acordo assinado conta com 23 capítulos, incluindo áreas como telecomunicações, comércio eletrônico, serviços, meio ambiente, temas trabalhistas e estímulo à igualdade de gênero. Merece destaque também a fala do presidente Michel Temer, em seu retorno ao Brasil, em que ressaltou a intenção do Chile de promover a integração do Mercosul com a Aliança do Pacífico, um bloco de países integrado por Chile, Colômbia, México e Peru. A segunda iniciativa bilateral se trata da reunião do gabinete binacional

Chile e Peru, realizada em 27 de novembro. Durante a reunião foram fechados 14 acordos sobre os temas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, crime organizado e tráfico de drogas, cooperação em infraestrutura de transportes, justiça e direitos humanos, equidade de gênero e a cooperação em operações humanitárias e de manutenção da paz das Nações Unidas. Além disso, 163 compromissos presidenciais e ministeriais foram estabelecidos para aprofundar esses assuntos acordados.

Fontes: [Estado de Minas](#), 21/11/2018; [Gazeta do Povo](#), 21/11/2018; [Cooperativa.cl](#), 27/11/2018; [Diário el dia](#), 27/11/2018; [El Comercio](#), 27/11/2018.

## **Governos argentino e inglês acordam rota aérea inédita ligando Ilhas Malvinas ao território argentino continental**

Os governos argentino e inglês acordaram uma nova rota aérea que ligará as Ilhas Malvinas ao continente sul-americano. O voo, operado pela companhia LATAM, sairá semanalmente de São Paulo e fará uma escala mensal, na ida e na volta, na cidade argentina de Córdoba. Em adição à escala mensal em território argentino continental, foi acertada a realização de reuniões bilaterais anuais para revisar o acordo e possibilidades de melhoria da conectividade aérea neste trajeto. Esta será a segunda opção de voo que conectará o arquipélago ao território continental da América do Sul, já existindo um voo que decola do Chile. A conexão foi anunciada pela autoridade britânica nas Ilhas Malvinas e vem na esteira do acordo para o reconhecimento dos soldados não identificados do cemitério de Darwin, onde estão enterrados quase 300 soldados argentinos que morreram na Guerra das Malvinas, em 1982. Ainda, em 5 de dezembro, será feito o primeiro traslado de restos mortais de um soldado argentino das Malvinas para o continente. Ambas as iniciativas foram saudadas pela primeira ministra britânica, Theresa May, em reunião com o presidente argentino, Mauricio Macri, em Buenos Aires, durante o encontro do G-20, ocasião que marcou a primeira vez que um primeiro ministro britânico foi recebido na Argentina desde a Guerra das Malvinas. O secretário da Representação Oficial para as Malvinas da província da Terra do Fogo, Jorge Argüello, criticou o acordo sobre a rota aérea, apontando que ele facilitaria as relações do governo ilegítimo das Malvinas com os países da América do Sul e prejudicaria a discussão sobre a sua soberania, ao facilitar o desenvolvimento econômico das Malvinas.

Fontes: [Todo Noticias](#), 23/11/2018; [La Nación](#), 26/11/2018; [Clarín](#), 27/11/2018; [La Nación](#), 30/11/2018; [O Globo](#), 30/11/2018.

## **Presidente sul-africano visita UE para realização da 7ª Cúpula África do Sul-União Europeia**

Nos dias 14 e 15 de novembro, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, realizou visita de Estado à União Europeia (UE), para a realização da 7ª cúpula África do Sul-União Europeia. No Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o estadista enfatizou a parceria estratégica da África do Sul com a UE, que é o maior investidor e maior parceiro comercial dos sul-africanos. No ano de celebração do centenário de Nelson Mandela, o legado do maior ícone da luta contra o apartheid foi resgatado por Ramaphosa em seu discurso. Ramaphosa destacou a forte atuação diplomática de Mandela para a aproximação da Europa com a África do Sul nos anos 1990, na esteira do processo de democratização. Já em Bruxelas, um comunicado conjunto do encontro foi firmado, e ressaltou a cooperação multilateral em diversas agendas internacionais, com destaque para os esforços conjuntos de cumprimento das metas do Acordo de Paris, corroborando a leitura de que acordos relacionados a questões ambientais vão ser fatores importantes para viabilizar a avanços em outras áreas. As possibilidades de cooperação foram também discutidas para a agenda de segurança, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). No biênio de 2019-2020, a África do Sul irá cumprir mandato como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, junto com 5 membros europeus (além de França e Reino Unido, que são membros permanentes, Alemanha, Bélgica e Polônia foram eleitos como membros não-permanentes para o período). Os líderes presentes ecoaram a preocupação de Ramaphosa com a retórica nacionalista e os perigos que representa ao multilateralismo, em evidente convergência crítica à política externa dos EUA sob o comando de Donald Trump.

Fontes: [Dirco](#), 13/11/2018; [Daily Maverick](#), 14/11/2018; [Saia](#), 14/11/2018; [EU](#), 15/11/2018.

## **Turquia cobra reação internacional ao assassinato de jornalista saudita**

Em 10 de novembro, o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, afirmou que as autoridades turcas compartilharam com Alemanha, Arábia Saudita,

EUA, França e Reino Unido as gravações de áudio que demonstrariam como o jornalista saudita, Jamal Khashoggi, foi interrogado, agredido e morto no consulado da Arábia Saudita em Istambul, na Turquia. O arquivo de áudio teria sido gravado pelo Apple Watch de Khashoggi e recuperado pelo seu iPhone, que tinha ficado com a sua namorada fora do consulado, e pela sua conta no iCloud. Erdogan também lembrou que as investigações feitas em seu país demonstram a chegada de uma equipe de 15 agentes sauditas a Istambul no mesmo dia do assassinato de Khashoggi. Deve-se destacar que o governo turco acredita que o jornalista foi vítima de um assassinato cuidadosamente premeditado, cometido por uma equipe de agentes enviados pelo governo saudita e pede esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte do jornalista e o paradeiro do seu corpo além de cobrar uma resposta efetiva de outros governos para o caso. Nesse sentido, julgando inadequadas as respostas dos EUA e da França, o governo turco sugeriu, em 12 de novembro, que o governo francês estaria tentando encobrir o assassinato do jornalista para proteger interesses econômicos com a Arábia Saudita. Igualmente, o ministro das relações exteriores turco, Mevlüt Çavusoglu, afirmou, em 23 de novembro, que o presidente dos EUA, Donald Trump, estaria fazendo vista grossa para o assassinato de Jamal Khashoggi.

Fontes: [G1](#), 10/11/2018; [Gazeta do Povo](#), 10/11/2018; [EBC](#), 12/11/2018; [UOL](#), 23/11/2018.

## **ONU convoca países para cumprimento do Acordo de Paris**

No dia 27 de novembro, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou os países a triplicar seus esforços para o cumprimento do Acordo de Paris. Este pedido da Organização se deu em razão do resultado de um estudo desenvolvido pela ONU Meio Ambiente, que indica o aumento da emissão global de gás carbônico no ano de 2017. No dia 06 de novembro, a ONU já havia chamado a atenção para os efeitos negativos da mudança climática no continente africano, durante a Terceira Conferência Interministerial sobre Saúde e Ambiente, que aconteceu no Gabão. Naquela ocasião, foi constatado que 23% das mortes na África estão ligadas ao meio ambiente, o valor mais alto per capita de qualquer região do mundo. Contudo, os efeitos negativos estão presentes também em outras regiões do mundo. Em 08 de novembro, o norte da Índia teve uma piora na qualidade do ar e registrou poluição acima dos níveis que a Organização Mundial

da Saúde considera tóxica. De acordo com a agência do governo indiano, Sistema de Qualidade do Ar e Previsão do Tempo e Pesquisa (SAFAR, sigla em inglês), a queima de restolho – uma tradição cultural – foi responsável por 33% da poluição do ar em Nova Délhi, no mês de novembro. A população indiana, em sua maioria, não acredita que as práticas culturais causam efeitos negativos ao meio ambiente. Bem como o presidente estadunidense, Donald Trump, que não acredita que a humanidade seja responsável pelo aquecimento global. No entanto, um estudo divulgado pela Casa Branca contradiz o presidente. No dia 23 de novembro, um relatório encomendado pelo Congresso estadunidense afirmou que o aquecimento global fará com que a economia dos EUA encolha 10% até o ano de 2100, resultando em uma perda maior do que o dobro daquela tida com a recessão de 2008. Mesmo após esses dados, a retirada dos EUA do Acordo de Paris ainda se mostra como realidade. No mesmo sentido, o presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), indicou a retirada da candidatura do país para sediar a 25a Conferência das Partes (COP 25) no ano de 2019, que é destinada a negociar a implementação do Acordo de Paris. O governo de Michel Temer confirmou a retirada da candidatura. O Greenpeace indicou que, com esta ação, o Brasil envergonha a agenda climática.

Fontes: [Hindustan Times](#), 08/11/2018; [New China](#), 08/11/2018; [Nações Unidas](#), 13/11/2018; [Exame](#), 23/11/2018; [CNN](#), 23/11/2018; [Africa 21](#), 27/11/2018; [DN](#), 28/11/2018; [EBC](#), 28/11/2018.

## **EUA acusa China de espionagem comercial**

Em 1o de novembro, o Departamento de Justiça estadunidense acusou uma empresa estatal chinesa, a “Fujian Jinhua Integrated Circuit”, de subtrair segredos comerciais de uma empresa de tecnologia dos EUA. O caso foi mais um episódio da tumultuada relação entre China e EUA, desde a posse de Donald Trump, em 2017. Muitos veículos de comunicação passaram a classificar esses atritos sob uma ideia de uma guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo. Espionagem tecnológica e intelectual é uma das principais acusações da administração Trump na sua guerra comercial contra a China. O vice-presidente dos EUA, Mike Pence, chegou a afirmar que oficiais chineses estão arquitetando uma subtração total das tecnologias estadunidenses. No mesmo tom acusatório, o advogado-geral dos EUA, Jeff Sessions, afirmou que a China subtrai propriedade

intelectual por todo o mundo. Sessions encerrou seu pronunciamento afirmando que a espionagem chinesa contra os EUA está crescendo cada vez mais. Em outro caso, o Departamento de Justiça estadunidense acusou dois oficiais do Ministério de Segurança de Estado da China e cinco “hackers” de penetrarem repetidamente nos sistemas de diversas empresas para desrespeitar a propriedade intelectual e subtrair segredos da indústria aeroespacial dos EUA. Segundo especialistas da Agência Nacional de Segurança dos EUA, a China prefere combinar o uso de métodos tradicionais de espionagem, como o recrutamento de pessoas de interesse, com os mais modernos, que envolvem questões de segurança cibernética. A portavoza do ministro de relações exteriores chinês negou veementemente as acusações e afirmou que falta base factual nas alegações dos EUA.

Fontes: [CBS](#), 01/11/2018; [The New York Times](#), 01/11/2018; [Foreign Policy](#), 05/11/2018; [South China Morning Post](#), 09/11/2018; [South China Morning Post](#), 19/11/2018.

## Reunião de Cúpula APEC 2018 termina com impasses entre China e EUA

A reunião de cúpula dos países da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) ocorreu entre os dias 11 e 15 de novembro, na cidade de Port Moresby, capital da Papua Nova Guiné. Diferente dos encontros anteriores, a reunião da APEC de 2018 foi marcada por muitas divergências e impasses. Estados Unidos e China quebraram o consenso que produziria a resolução anual. Consequentemente, o encontro terminou em desordem devido as disputas entre as duas potências dominantes, que eclipsaram todas as outras discussões na pauta, sobretudo em relação aos problemas climáticos. Destaca-se que, pela primeira vez na história da APEC, não houve a emissão da tradicional declaração final. A China e os EUA, cada um em um campo oposto, protagonizaram os debates sobre o protecionismo econômico, tarifas de comércio, abertura comercial, acordos bilaterais, acordos multilaterais e o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pautada pelas duas grandes potências no encontro, as discussões entre os países membros giraram em torno do futuro do livre comércio com alguns países clamando por mudanças radicais, como é o caso dos estadunidenses, enquanto outros defendiam a ampliação da globalização, como os chineses. Para alguns analistas, o encontro de 2018 da APEC claramente se transformou em uma disputa

por influência entre China e EUA na região da Ásia-Pacífico.

Fontes: [The Guardian](#), 17/11/2018; [SBS](#), 17/11/2018; [UOL](#), 18/11/2018; [Business Insider](#), 20/11/2018; [The Diplomat](#), 23/11/2018.

## Mulheres disputam lugares na política

Em novembro, o relatório País Estagnado, Um Retrato das Desigualdades Brasileiras, publicado pelo Oxfam Brasil, revelou que o país, nos últimos dois anos, aumentou a desigualdade entre homens e mulheres, recuando em 23 anos no que diz respeito às diferenças de ganho adquirido de acordo com cada gênero. Uma das razões que explica essa desigualdade está no fato de mulheres serem minoria no Congresso Nacional, o que faz com que a agenda criada pelos parlamentares tenha como preferência a satisfação de objetivos da população masculina. Nos EUA, as eleições para Câmara e Senado surpreenderam no número de eleitoras votantes (52%) e na eleição de 96 mulheres para a Câmara dos Representantes. A diversidade também foi marcada pela presença da primeira mulher transexual e de ex-refugiadas que se tornaram as primeiras muçulmanas no Congresso estadunidense. Houve também, pela primeira vez na história do país, duas mulheres indígenas eleitas, uma no estado do Kansas, e outra no Novo México. Um novo povoado chamado Jinwar (que em curdo significa lugar de mulheres), construído por e para mulheres, foi inaugurado no último dia 25 na federação autônoma curda de Rojava, no noroeste da Síria. É um projeto que visa dar refúgio a vítimas da guerra e da violência, pretendendo ser um lugar de amor e convivência sem o domínio do homem. O dia da inauguração coincide com o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, que foi instaurado por causa da data das mortes das irmãs Mirabal, assassinadas pelo regime trujillista da República Dominicana. Nesse mês de novembro, comemora-se 58 anos desse marco que homenageia essas mulheres, fundamentais para o fim do regime militar no país.

Fontes: [Público](#), 07/11/2018; [The Wall Street Journal](#), 07/11/2018; [BBC](#), 25/11/18; [Telam](#), 25/11/18; [Oxfam](#), 26/11/2018.

## Países deixam Pacto Global para Migração

Após 18 meses de negociação, a Organização das

Nações Unidas (ONU) promoverá, entre os dias 10 e 11 de dezembro, na cidade de Marraquexe, no Marrocos, uma Conferência Intergovernamental para a adoção do Pacto Global para as Migrações. Contudo, diversos países anunciaram que não enviarão representantes à Conferência e que não irão assinar o Acordo. Além dos EUA, que se retirou do Pacto em 2017, acompanham a decisão: Austrália, Áustria, Hungria, Israel, Polônia e República Tcheca. Em 21 de novembro, Angela Merkel, primeira ministra alemã, em discurso no Parlamento alemão, não cedeu à pressão dos representantes da extrema direita que pediam a retirada da Alemanha do Pacto. A primeira ministra ressaltou a importância desta iniciativa como forma de garantir condições dignas aos migrantes e refugiados em outros lugares do mundo, bem como é feito pela Alemanha. Além disso, acrescentou que este feito poderia vir a diminuir o fluxo para o país. Por outro lado, a Itália anunciou que não irá participar do Pacto de Migrações tampouco estará presente na Conferência Intergovernamental. O país entende que a adoção do documento deve ser tratada primeiro no Parlamento italiano, que recentemente aprovou o Decreto Sicurezza. Este documento, além de anticonstitucional, é abertamente contrário aos direitos dos migrantes. No dia 27 de novembro, a representante especial da ONU para migrações, Louise Arbor, ressaltou que não há um documento para assinar e que o Pacto possui força não vinculativa. Ou seja, não é obrigatório que os países realizem estas ações, mas são sugeridos métodos para tratar a agenda migratória. Enquanto os países receptores tendem a adiar o trato da matéria, a situação de migrantes e refugiados piora. No dia 06 de novembro, morreram 17 migrantes oriundos do continente africano, que tentavam entrar na Europa pelo litoral espanhol. De acordo com a ONU, o número de mortos na travessia para Europa, com entrada pela Espanha, triplicou em relação a 2017. Foram mais de 2 mil pessoas. A Organização Internacional para Migração (OIM), divulgou que, no mês de novembro, chegaram à Espanha, diariamente, mais de 120 migrantes por dia oriundos da África Subsaariana e do norte do continente africano.

Fontes: [The Irish Times](#), 02/11/2018; [El Tiempo](#), 06/11/2018; [Observador](#), 21/11/2018; [O Globo](#), 23/11/2018; [DN](#), 27/11/2018; Boston 25 News, 28/11/2018.

## Organizações internacionais alertam para violações contra LGBTQI+

A Anistia Internacional (AI) lançou um alerta, no dia 8 de novembro, para a perseguição sofrida pela população LGBTQI+ na Tanzânia. Dez homens foram presos, na Ilha de Zanzibar, por estarem sentados juntos em um suposto casamento entre pessoas do mesmo sexo. O vice-diretor da AI para a África Oriental, Seif Magango, afirmou que é incompreensível que o simples ato de sentar em par possa ser criminalizado. As prisões aconteceram poucos dias após o governador local, Paul Makonda, anunciar uma força-tarefa governamental para caçar pessoas LGBTQI+ e pedir para que a população denuncie qualquer suspeito. Os homens foram submetidos a exames anais forçados, para descobrir evidências de atividade sexual. O Comitê contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) disse que tais exames não têm justificativa médica e são apenas formas de violação. No Brasil, a comunidade LGBTQI+ também está em situação de vulnerabilidade. A presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Margarette Macaulay, mostrou-se preocupada com as violações sofridas por essa população no país. Depois de 23 anos sem realizar nenhuma visita ao Brasil, a CIDH reuniu centenas de lideranças e ativistas, no Rio de Janeiro, para coletar informações sobre violações de direitos humanos. No relatório preliminar, a organização alerta para o problema estrutural de desigualdade e de discriminação profunda, além de demonstrar preocupação com o futuro em função da propagação de discursos de ódio e intolerância praticadas nas últimas eleições. Gustavo Bibianno, vice-presidente do Partido Social Liberal, partido político do presidente eleito, afirmou que a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem “zero credibilidade” e classificou de “esquerdistas” integrantes da comissão que estiveram no Brasil. No dia 29 de novembro, comemorou-se 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o principal marco dos direitos humanos no mundo. A campanha global “Stand Up for Human Rights”, lançada em 2017, no marco da comemoração de 70 anos da declaração, mobilizou milhares de atos, ao redor do mundo, em prol dos direitos humanos. A campanha será encerrada em dezembro de 2018.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 08/11/2018; [Carta Capital](#), 08/11/2018; [Portal Montevideo](#), 12/11/2018; [Nações Unidas](#), 29 /11/2018; [Stand Up 4 Human Rights](#), 29/11/2018.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

